

## ***O IDEAL IDEALÍSSIMO, O IDEAL REALIZÁVEL E O PROCESSO DE RESULTADOS***

---

**DOMINGOS FRANCIULLI NETTO**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

1. Verdade e justiça. 2. As pautas de nossos tribunais. 3. A Administração e o Poder Judiciário. 4. Justiça tarda e leis processuais. 5. Alguns gargalos retardadores da fluência procedimental. 6. Citação e intimação. 7. Nulidades. 8. Prova pericial. 9. Novas tendências do Direito Processual Civil. 10. Defeito congênito do Direito Brasileiro. 11. STF e STJ inviabilizados. 12. Projeto de Reforma do Poder Judiciário. 13. Valorização dos juizes de primeiro grau e dos tribunais locais. 14. Questões simplesmente federais e questões federais de interesse nacional. 15. Sistema recursal obsoleto. 16. Unificação dos processos de conhecimento e execução. 17. Organização judiciária. 18. O CPC e a enxurrada de leis supervenientes. 19. O agravo de instrumento e o colapso dos tribunais locais. 20. Memória de cálculo. 21. Tutela antecipada. 22. Criação de figura penal típica para o crime de obstrução da justiça. 23. Necessidade de plena informatização. 24. Justiça e pacificação. 25. Conclusão.

### **1. Verdade e justiça**

O processo civil existente nos países que perfilham o sistema continental europeu, dentre os quais se inclui o Brasil, está assentado numa acendrada volúpia de intensa e incansável busca do ideal idealíssimo de justiça.

O julgador, homem de carne e osso, não é ser plasmado nos dons da onipotência, onisciência e onipresença.



<http://bdjur.stj.gov.br>

Tudo parece lastrear-se não só a uma irrefreável procura de uma justiça imaginária, como também na pilastra de que a verdade raramente existe nas primeiras decisões judiciais. O lema é o de esgotar-se todos os recursos possíveis e impossíveis. As instâncias devem ser, uma a uma, todas vencidas. Para tudo busca-se sempre o pronunciamento dos Tribunais Superiores.

É uma pena que se perdeu a maior e melhor oportunidade possível para a humanidade conhecer a definição de verdade, por ocasião do julgamento do Mestre de Nazaré.

Relanço do episódio foi descrito com raro brilho pelo saudoso jurista Jayme de Altavila, professor emérito da Faculdade de Direito de Alagoas, Vale a pena transcrevê-lo:

*"Pilatos, entediado, sobre o assento da dourada curul, entreabre os braços para o Rabi sereno e arditamente lhe pergunta:*

*- Logo, tu és o rei?*

*- É como dizes; eu sou rei. Foi por isso que nasci e vim ao mundo, para dar testemunho da verdade. Todo aquele que é da verdade, ouve a minha voz.*

*O ex-prefeito de Botávia toma no ar a palavra replica:*

*- Que é verdade?*

*O acusado espelha a tréplica na mansuetude do seu olhar, porém não concede, em palavras que seriam traduzidas pelo intérprete oficial, postado perto do sólio de mármore e da loba romana de bronze luzente, aquela resposta que o mundo inteiro gostaria de assinalar hoje, como elucidamento da mais elevada investigação jurídica até os dias presentes.*

*Naquele processo histórico, não foi a vozearia da multidão lá fora no pretório, nem o tinido das lanças sobre o relevo dos escudos, nem a pressa do romano em compor a toga pretextata e lavar as mãos que de qualquer forma iam ser tintas pelo sangue do inocente, que evitaram a definição maravilhosa: foi o próprio desígnio misterioso de Deus. Subsiste, assim, a eterna interrogação: Que é a verdade?"<sup>1</sup>*

É oportuno colar aqui o enfoque do problema dado pelo grande Hans Kelsen;

*"Quando Jesus de Nazaré, no julgamento perante o pretor romano, admitiu ser rei, disse ele: 'Nasci e vim a este mundo para dar testemunho da verdade.' Ao que Pilatos perguntou: 'O que é a verdade?' Cético, o romano obviamente não esperava resposta a essa pergunta e o Santo também não a deu. Dar testemunho da verdade não era essencial em sua missão como rei messiânico. Ele nascera para dar testemunho de Deus. E, por essa justiça, morreu na cruz.*

*Dessa forma, emerge da pergunta de Pilatos - O que é a verdade? -, através do sangue do crucificado, uma outra questão, bem mais veemente, a eterna questão da humanidade: o que é a justiça?*

*Nenhuma outra questão foi tão passionadamente discutida; por nenhuma outra forma derramadas tantas lágrimas amargas, tanto sangue precioso; sobre nenhuma outra, as mentes mais ilustres de Platão a Kant — meditaram tão profundamente. E, no entanto, ela continua até hoje sem resposta. Talvez por se tratar de uma dessas questões para as quais vale o resignado saber de que o homem nunca encontrará uma resposta definitiva; deverá apenas tentar perguntar melhor".<sup>2</sup>*

Essa é a tarefa que cabe ao aplicador do direito. Perguntar melhor na expectativa de uma resposta, senão definitiva, pelo menos cada vez também melhor.

---

<sup>1</sup> ALTA ÁVILA, Jayme de. *A testemunha na história e no direito*. São Paulo: Melhoramentos, 1967. p. 8

<sup>2</sup> KELSEN, Hans. *O que é Justiça?: a justiça, o direito e a política no espelho da ciência*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p.1



## 2. As pautas de nossos tribunais

Sem embargo de ser nobre a peregrina busca pela verdade e pela justiça, o fato é que esse anseio não pode exteriorizar-se numa verdadeira via crucis, pois inúmeros são os feitos que, praticamente, se eternizam.

Quem se der ao trabalho de acompanhar as pautas dos julgamentos de nossos tribunais irá verificar quão grande é o número de recursos nos quais se discutem apenas temas processuais, de um lado; doutro, o cataclismo de feitos que envolvem os Poderes Públicos de um modo geral, ou a Fazenda Pública, em particular; em poucas palavras: a Administração.

Seriam o Código de Processo Civil (CPC) e as demais leis processuais extravagantes os grandes responsáveis pela excessiva demora na solução dos feitos?

Essa é a indagação de que se ocupará este singelo estudo.

## 3. A Administração e o Poder Judiciário

Quanto à Administração, o saudoso Prof. José Horácio Meirelles Teixeira costumava prelecionar a seus alunos da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que à Administração não era dado litigar por litigar:

*"Na hierarquia dos princípios que devem nortear os atos administrativos, reservava [o Prof Meirelles Teixeira] o ápice ao princípio da legalidade e ao princípio da moralidade. Quanto ao contencioso, não admitia que a Administração ingressasse com ação temerária; ao contestar, deveria, com fidelidade absoluta, relatar a matéria de fato; por fim, recorrer apenas nos casos de dúvida razoável. Um Poder Público não pode assoberbar o*

*trabalho de outro, finalizava, contra os princípios e o bem comum".<sup>3</sup>*

Sabem-no todos, ocioso lembrar, que a Administração, por meio de seus mais diversos entes, tem-se servido do Poder Judiciário para procrastinar ao máximo o pagamento de suas dívidas. Enfim, para solucionar seu problema crônico de caixa. Nem a enorme colher de chá que lhe deu a Constituição Federal de 1988, no artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, resolveu a questão. Por mal dos pecados, veio a lume a Emenda Constitucional n. 30 a espichar o prazo para dez anos.

No particular, deverão ser encetados e aprofundados novos estudos sobre o esgotamento das vias administrativas, como condição de procedibilidade. Vale dizer, por primeiro o administrado ou o interessado prejudicado esgotaria as vias administrativas. Negado aí o direito ou não apresentada uma solução, num prazo razoável (por exemplo, de 90 ou 180 dias, conforme a complexidade da matéria, segundo o que a lei dispuser), abrir-se-á a via jurisdicional. Mas, para desencorajar delongas, cominar-se-ia pena para as hipóteses em que a Administração deixar de atender ao requerido administrativamente, sem razão plausível de direito.

#### **4. Justiça tarda e leis processuais**

No concernente às leis processuais, é de bom conselho desde logo dizer que nosso CPC não deixa nada a desejar aos dos demais países, incluídos os do Primeiro Mundo, pelo menos se cotejado com as legislações que não seguem o modelo americano ou anglo-saxônico. O busílis da questão é a ausência de praticidade e eficiência desse estatuto processual.

---

<sup>3</sup> Trecho extraído da apresentação do livro:

TEIXEIRA, José Horácio Meirelles: *Curso de direito constitucional*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. xiii



<http://bdjur.stj.gov.br>

Aliás, a insustentável duração na solução dos processos não é um mal tipicamente brasileiro, o que não justifica, é curial, a inércia ou a defesa do *status quo*.

Para a reversão desse quadro, uma vez que a prestação jurisdicional não se poderá manter tão morosa e, até certo ponto, ineficiente, por onde começar?

Indiscutível que as leis processuais hão de ser aperfeiçoadas e muita coisa repensada. Não há perder de vista, contudo, que o trabalho dos processualistas irá ficar sempre aquém da meta almejada, se não houver, por assim dizer, uma conscientização sobre a imperiosa necessidade de atualização das leis de organização judiciária, da estrutura e da infraestrutura administrativa dos tribunais e dos juízos de primeira instância.

Poder-se-á ir mais longe: há de haver uma deliberação não só no campo jurídico, mas também no campo sócio-político, sobre a necessidade de simplificação do iter processual, uma vez que, mantido o status quo, o grande prejudicado, em última análise, acaba sendo o próprio cidadão.

## **5. Alguns gargalos retardadores da fluência procedimental**

Longe de acusar todos, não custa lembrar alguns pontos de estrangulamento que existem no caminhar do procedimento: citação, intimação, nulidades e prova pericial.

## **6. Citação e intimação**

Nossa sociedade não é uma sociedade de ciganos. De regra, todos têm endereço e fixação certa. Até o vaqueiro, segundo Câmara Cascudo, é um homem "arruado".

De regra, nos dias hodiernos, a sociedade é sedentária, de sorte que a residência e o domicílio são extensão dos atributos da pessoa natural, tanto assim que a indicação precisa a esse respeito faz parte integrante da respectiva qualificação.

A par disso, a vida moderna tem dificultado, não raro, o contato direto entre o oficial de justiça ou o agente do correio (carteiro) e a pessoa citanda ou intimanda. Basta ver o que ocorre nos prédios de apartamentos das capitais do país e das grandes cidades, nos quais a correspondência obrigatoriamente é entregue nas respectivas guaritas e os avisos de recebimento são assinados pelos porteiros ou outros empregados do prédio.

Não se tratando de sociedade de ambuladores ou ciganos, a presunção é a de que a correspondência citatória chegou ao destino, por não constar qualquer mudança ou transferência de domicílio.

Parece que tudo foi engendrado para obrigar o autor, o exequiente, a correr atrás do réu, do devedor.

É do **quid plerumque fit** que o homem médio, o bônus paterfamilias, ao transferir seu domicílio ou sua residência, faz certo alarde disso, pelo menos no círculo de suas relações. Ora, com muito maior razão deve assim proceder aquele que contraiu obrigações ainda pendentes, sob pena de arcar com as consequências decorrentes de sua omissão e sofrer os efeitos da citação editalícia ou da citação ou intimação realizada no local acusado no ensejo da relação de direito material.

Entender de modo diferente é ignorar a complexidade da vida moderna e atribuir ao autor e ao Poder Judiciário diligências que não lhes competem, por mera incúria do réu.

Provada a entrega no endereço onde a pessoa mantém sua residência, afigura-se injustificada a exigência de que a correspondência deva ser recebida pelo próprio citando ou intimando.

Quanto às pessoas jurídicas, deve prevalecer a teoria da aparência, de sorte que a presunção é a de que a pessoa natural, que recebe a correspondência em nome de tais entes, seja possuidora de poderes para tanto. A presunção a prevalecer é a de que a correspondência chegou às mãos dos destinatários.

Ademais, *"segundo a jurisprudência dominante no STJ, é regular a citação de pessoa jurídica, por via postal, quando a correspondência é encaminhada ao estabelecimento da ré, sendo ali recebida por um seu funcionário. Desnecessário que o ato de comunicação processual recaia em pessoa ou pessoas que, instrumentalmente ou por delegação expressa, representem a sociedade"* (Resp n. 190.690/RJ, rel. Min. Barros Monteiro, DJU de 20.3.2000).

No concernente à intimação dos advogados, nos casos dos incisos I e II do art. 237 do CPC, deverá ser admitida a intimação por qualquer meio de comunicação eletrônico, desde que seja possível a prova de que a intimação foi recebida no endereço do intimando.

Da mesma forma que as citações, as intimações também precisam acompanhar a maneira de viver da sociedade contemporânea, ressalvada, é claro, a necessidade de comprovação documental de que a intimação se deu.

Hoje, os escritórios de advocacia possuem equipamentos computador ligado à *internet*, entre outros aparelhos, a possibilitar inúmeras outras formas de recebimento de correspondências oficiais. Como é notório,



tais equipamentos são capazes de produzir relatórios com a origem e o teor da correspondência, bem como a data e hora de recebimento.

## 7. Nulidades

Na vereda do capítulo das nulidades, a tendência hodierna do direito é a de abolir as nulidades absolutas e insanáveis. Nesse diapasão, é de toda a conveniência a supressão da expressão *sem cominação de nulidade*, no art. 244 do CPC. Com isso, possibilitar-se-á o saneamento de qualquer nulidade processual, desde que o ato alcance sua finalidade, e evitar-se-á, como amiudadamente de ordinário acontece, a recaminhada de feitos que já se encontravam próximos da solução final.

## 8. Prova pericial

Para encerrar a amostragem de simplificação dos trâmites procedimentais, há de se evitar, sempre que possível, a realização de prova pericial, verdadeiro gargalo da fluência dos atos processuais. No capítulo, é digno de imitação o expediente para a avaliação de automóveis a servir-se de cotação dada por revistas e seções especializadas e jornais, com plena cunscuuuau uu objetivo desejado, que, **in casu**, é o preço de mercado do bem. Por que não se esprair esse modelo para outros bens, ainda que, para tanto, haja necessidade da colaboração de entes governamentais e não-governamentais?

## 9. Novas tendências do Direito Processual Civil

As novas tendências do Direito Processual Civil encontram-se muito bem ementadas em preciosa palestra proferida pelo preclaro Ministro Antônio de Pádua Ribeiro:

"Em suma, segundo o insigne jurista [Mauro Cappelletti], os principais problemas do movimento reformador são os seguintes:

a) o obstáculo económico, pelo qual muitas pessoas não estão em condições de ter acesso às cortes de justiça por causa de sua pobreza, onde seus direitos correm o risco de serem puramente aparentes;

b) o obstáculo organizador, através do qual certos direitos ou interesses 'coletivos' ou 'difusos' não são tutelados de maneira eficaz se não se operar uma radical transformação de regras e instituições tradicionais de direito processual, transformações essas que possam ter uma coordenação, uma 'organização' daqueles direitos ou interesses;

c) finalmente, o obstáculo propriamente processual, através do qual certos tipos tradicionais de procedimentos são inadequados aos seus deveres de tutela.

Diante desse panorama, é alvissareiro que os nossos doutrinadores e legisladores estejam colocando o nosso País em posição de vanguarda. Na verdade, muitos simpósios têm sido realizados, com a presença frequente, entre outros, do insigne mestre Mauro Cappelletti. Além do que primorosas monografias têm sido publicadas sobre a matéria. Merecem referência, entre outros, os trabalhos de Luiz Guilherme Marinoni (Efetividade do Processo e Tutela de Urgência; Novas Linhas do Processo Civil); Flávio Luiz Yarschel (Tutela Jurisdicional Específica nas Obrigações de Declaração de Vontade); Ovídio Baptista da Silva (Tutela Antecipatória e Juízos de Verossimilhança); Kazuo Watanabe (Código Brasileiro de Defesa do Consumidor); Hugo Nigro Mazzilli (A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo: meio ambiente, consumidor e patrimônio cultural); José Carlos Barbosa Moreira (Notas sobre o Problema da 'Efetividade' do Processo; Tendências Contemporâneas do Direito Processual Civil; Tutela Sancionatória e Tutela Preventiva Miradas sobre o Processo Civil Contemporâneo), bem como dos que escreveram sobre a recente reforma do Código de Processo Civil,

coordenada pelos ilustres Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e Athos Gusmão Carneiro, entre eles: Cândido Rangel Dinamarco (A Reforma do Código de Processo Civil); Sérgio Bermudes (A Reforma do Código de Processo Civil); Nelson Nery Júnior (Atualidades sobre o Processo Civil) e J. E. Carreira Alvim (Código de Processo Civil Reformado).

Cumprе salientar que a reforma da nossa Lei Adjetiva Civil tem sido feita com vistas a tornar realidade as novas regras atinentes ao que se denominou de 'acesso à justiça'.

No Brasil, essa grande revolução começou, no plano legislativo, com a edição da Lei da Ação Popular (Lei n. 4.717, de 29.6.1965), assumindo dimensões revolucionárias com a promulgação da Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347, de 24.7.1985), estendida até mesmo à tutela da ordem econômica pela Lei n. 8.884, art. 88, de 11.6.1994, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) e Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 11.9.1990).

A Lei da Ação Civil Pública, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Defesa do Consumidor instituíram as bases da tutela do direito coletivo em nosso ordenamento jurídico. Esses diplomas legais atribuíram legitimidade ao Ministério Público e a outras entidades representativas de classe, estabeleceram regras sobre a coisa julgada erga omnes e ultra partes e dispuseram sobre a conceituação das três espécies de direitos e interesses a serem objeto de tutela coletiva; os difusos, os coletivos e os individuais homogêneos".<sup>4</sup>

## 10. Defeito congênito do Direito Brasileiro

---

<sup>4</sup> RIBEIRO, Antônio de Pádua. *Reflexões Jurídicas*: palestras, artigos e discursos. Brasília: Brasília Jurídica, 2000. p. 306, *et seq.*



Há, a grosso modo, um defeito congênito a incompatibilizar o Direito Constitucional com o Direito Infraconstitucional Nacional, como com acuidade observa o ilustre jurista Adhemar Ferreira Maciel, Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça, **in verbis**:

*"O direito brasileiro apresenta peculiaridades. Constitucionalmente, como se falou, estamos muito ligados ao direito norte-americano. Infraconstitucionalmente, todavia, nossas raízes estão na Europa continental".<sup>5</sup>*

Noutro passo, sobre a crise na prestação jurisdicional, esse preclaro autor disserta, nos seguintes termos:

"Quanto ao nosso ordenamento, acredito que a grande causa do emperramento de nosso Judiciário, que conta com juizes independentes, abnegados, e da melhor formação moral e intelectual, deita suas raízes na República. Como se sabe importamos dos Estados Unidos da América a federação e a república. No relativo ao sistema jurídico, penso que houve falhas na adaptação do sistema americano. A base do direito anglo-americano está nos precedentes (**stare decisis**): as decisões de um tribunal superior vinculam os juizes **a quo**. No Brasil como estamos ligados ao direito romano-germânico (civil law), o juiz decide de acordo com sua consciência e com o direito positivo vigente. Não fica, a não ser excepcionalmente e assim mesmo por imposição constitucional (art 102, § 2º), preso a precedente judicial. Em decorrência, muitas causas que chegam aos Tribunais Superiores poderiam ficar sepultadas nas instâncias ordinárias. Outra causa de emperramento - talvez mais grave ainda - está na competência dada aos Estados-Membros para legislar. Nos Estados Unidos, como também já se esboçou anteriormente, os Estados federados tem competência para ditar

---

<sup>5</sup> MACIEL, Adhemar Ferreira. *Dimensões do direito público*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. p.231

normas gerais sobre direito material e processual. No Brasil, não (Constituição, art 22). Em decorrência, 'tudo' aqui acaba por esbarrar nas instâncias superiores, pois envolve legislação federal. Lá, não. As Causas, só excepcionalmente chegam à Suprema Corte da União através do appeal ou do **certiorari**, que dispõe, o último instituto, da 'peneira da relevância', manejada por assessores (clerks) dos ministros (justices). A grande pletora processual nos supremos tribunais estaduais. A Suprema Corte da União (U.S. Supreme Court) só cuida do direito estritamente de interesse nacional".<sup>6</sup>

### 11. STF e STJ inviabilizados

É de conhecimento geral que o Superior Tribunal de Justiça foi criado pela CF de 1988 para desafogar o Supremo Tribunal Federal. Frustrou-se por completo esse **desideratum**. Como demonstram os dados estatísticos abaixo, ambas as Cortes encontram-se praticamente inviabilizadas.

No ano de 2000, os recursos e processos originários que deram entrada no Supremo Tribunal Federal alcançaram a cifra de 105.441; no Superior Tribunal de Justiça, 147.318; no ano de 2001, respectivamente, 110.772 e 189.515. Até 31 de março de 2002, obedecida a mesma ordem, 25.400 e 36.412, o que permite vaticinar, que, ao final do ano, a situação permanecerá calamitosa. No ano de 2001, os 11 Ministros do STF proferiram 9.211 votos e 114.307 decisões monocráticas, enquanto os 33 do Superior Tribunal de Justiça, 198.613, somados os votos às decisões monocráticas.

Se fosse triplicado, da noite para o dia, o número de Ministros dos Tribunais Superiores, o resultado prático seria de pouquíssima monta,

---

<sup>6</sup> *ibid.* 244, et seq.

em face dos números acima explicitados. Sobrariam, isso sim, apenas os conhecidos inconvenientes oriundos da massificação dos órgãos colegiados.

## **12. Projeto de Reforma do Poder Judiciário**

A Reforma do Poder Judiciário, ora em curso no Congresso Nacional, pouco adiantará para a prestação jurisdicional mais eficiente e rápida. Os problemas que atravancam o Poder Judiciário são, notadamente, de ordem processual, administrativa etc, consoante enuncia esta exposição.

Nada obstante, nela há um certo esforço para reverter, ainda que em parte, esse desalentador mapa estatístico. Sob essa fiveleta, o texto consolidado da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal para a Proposta de Emenda à Constituição n. 29, de 2000, além de abrigar a súmula vinculante (acresce o art. 103-A à CF), dispõe no § 4º da nova redação do art. 102 da Carta Política de 1988:

*“No recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, afim de que o Tribunal examine a admissibilidade do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros”.*

No que toca ao Superior Tribunal de Justiça, além de agasalhar a súmula vinculante, nos termos preconizados para o Supremo Tribunal Federal (art. 105-A do Texto Maior), na dicção do texto consolidado, “a lei estabelecerá os casos de inadmissibilidade do recurso especial” (art. 105, § 4º, da CF), atribuindo ao regimento interno dessa Corte a previsão dos casos de inadmissibilidade do recurso especial, enquanto não entrar em vigor a lei em questão (art. 52 do texto consolidado).

Essas medidas, conquanto polêmicas, representam quase um estado de necessidade. Mais uma vez, ao ideal idealíssimo deve-se preferir o

ideal realizável, sob pena de continuar tudo como antes no quartel de Abrantes.

Muitos já estão, no entanto, cerrando fileiras contra tais inovações. Se conseguirem obter o êxito que esperam, perder-se-á ótima oportunidade para a revalorização dos juizes de primeira instância e dos tribunais locais.

### **13. Valorização dos juizes de primeiro grau e dos tribunais locais**

Nos limites deste escorço, algumas observações podem ser tecidas para que as leis processuais venham a satisfazer às necessidades do século XXI.

Existe um verdadeiro tabu ou fetichismo sobre a obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição, no sentir do autor não previsto forçosamente em nossa Constituição. Mas, ainda que diferente fosse, nada está a empecer a revisão constitucional dessa matéria.

Há anos, por conta própria o signatário procedeu a uma pesquisa num universo de 500 feitos cíveis que subiram aos Tribunais de Justiça e Alçada do Estado de São Paulo. A conclusão foi a seguinte, descontados os decimais: foi negado provimento a 72% dos recursos; 16% foram providos em parte (não raro, para modificações secundárias, tais como redirecionamento da verba advocatícia, dos salários periciais, termo inicial da correção monetária ou dos juros); e apenas 12% acolhidos **in totum**, incluídas as sentenças desconstituídas por questões exclusivamente processuais.

Determinadas ações, a saber, ações e/ou execuções de cobrança de despesas condominiais da propriedade horizontal; as oriundas de contrato de alienação fiduciária em garantia; as concernentes à prestação de serviços,



salvo as de natureza pública; as de comodato; as atinentes a arrendamento mercantil, mobiliário ou imobiliário; as relativas a locações de bem móvel ou imóvel; e as de reparação de danos exclusivamente materiais causados em acidente de veículo terrestre, pesquisadas separadamente, acusaram um índice de manutenção em torno de 95%!

Parece de toda a conveniência a elaboração de pesquisa mais aprofundada e em estrita consonância com os parâmetros técnicos hodiernos. Se a conclusão, depois de exaustivas análises, for semelhante à acima noticiada, valerá a pena a manutenção do atual duplo (ou triplo, quando não quádruplo) grau de jurisdição para todos os feitos, indiscriminadamente?

Por que não se aproveitar a Justiça Comum da experiência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais ?

Alguns processos, tomando-se como parâmetro a natureza e o valor da causa, poderiam perfeitamente nascer, desenvolver-se e morrer em primeira instância, com a reintrodução dos embargos infringentes do julgado. Às instâncias superiores, em tais feitos, tocariam apenas as ações rescisórias de sentença. Quanto à natureza da causa, por exemplo, as ações retro lembradas que apontaram um significativo número de recursos não providos. Quanto ao valor da causa, as ações obrigacionais (ou pessoais) de até 50 salários mínimos.

No campo do Direito de Família, não se justifica mais a manutenção do sistema recursal atual para ações como as de alimentos, as de visita e as de guarda de menores. Os recursos, amiudadamente, são julgados depois de novas situações de fato consolidadas e de difícil reparação.



Nem se diga que essas ações poderiam ser carreadas para a competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Estes devem permanecer como meio facultativo e alternativo na solução dos conflitos, com competência limitadíssima, sob pena de consolidar-se uma nova instituição obsoleta dentro da tradicional igualmente assoberbada, tardinha e de resultados discutíveis, pois consta que alguns Juizados Especiais já estão levando até cerca de 2 anos para a composição da lide.

Poderiam ser neles criados cargos privativos, dentro do próprio figurino tradicional, transformando-se cada unidade do Juizado Especial em vara, com expediente ao público diferenciado do horário ordinário, dadas as suas peculiaridades. O juiz com dedicação exclusiva a essas varas, sem dúvida, poderia oferecer rendimento mais eficaz, abolindo-se as compensações oriundas da cumulação com as varas comuns. O Juizado Especial perderia sua conotação de bico.

Caso não se queira chegar a tanto (solução final em primeiro grau), para feitos desse jaez, de desfecho altamente previsível, no máximo, deveriam terminar tais causas nos tribunais locais.

#### **14. Questões simplesmente federais e questões federais de interesse nacional**

Há de se assumir de vez o princípio federalista abrigado na Constituição da República. Para o fim ora proposto, é de bom conselho fazer a seguinte distinção: nem todas as questões federais, ou que dizem respeito a leis federais, são obrigatoriamente questões de interesse nacional, entendidas as últimas como aquelas que devem ser, dentro do possível, julgadas de maneira mais ou menos uniforme, em todo o território nacional, tais como as ações que envolvam o Sistema Financeiro da Habitação, relativas ao FGTS, normas gerais de aposentadoria etc.

Mesmo no campo do Direito Privado tal distinção é suscetível de ser feita. Nesse diapasão, poder-se-ia lembrar, de um lado, as questiúnculas de direito de vizinhança, de administração e vida em condomínios, de cobranças entre particulares, entre outras, que poderiam perfeitamente ser solucionadas definitivamente nos tribunais locais. De outra parte, assuntos que versem sobre alienação fiduciária de bens móveis ou imóveis, contratos bancários, alguns tipos de seguro, o nome civil das pessoas naturais etc. mereceriam figurar entre os de interesse nacional.

No próprio campo do Direito de Família, sem dúvida, poder-se-ia destriçar tais demandas entre as pertencentes a um grupo ou a outro. No elenco das questões federais de interesse nacional, sempre a título exemplificativo, seriam colecionadas as concernentes aos impedimentos para a celebração do casamento e as sobre o regime patrimonial de bens. Igualmente, seriam hospedadas na última categoria aquelas questões basilares de Direito das Sucessões, seja o legal, seja o testamentário.

De qualquer forma, tal discriminação deverá ser feita depois de apurados e refletidos estudos, ouvidos os doutos.

A valorização dos juizes de primeira instância e dos tribunais locais acarretará certo alívio na carga dos feitos que chegam aos Tribunais Superiores, mormente ao Superior Tribunal de Justiça, daí a importância de diferenciar as causas simplesmente federais das causas federais de interesse nacional, pois só as últimas seriam objeto de recurso especial, o que, a um tempo, prestigiaria os tribunais locais e aliviaria o Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido, e para finalizar essa faceta, permita-se transcrever a valiosa lição de Pontes de Miranda, para quem

*"é inegável que alguns princípios e regras jurídicas são tidos como cerne, ou melhor, como núcleo. Uma parte do direito muda com as leis fáceis de serem feitas (...); outra, muda menos com as leis, porém não consegue por de acordo os tribunais e constitui aqueles pontos que nos repertórios de jurisprudência estão sempre com dois ou mais partidos de interpretação, o que dá ensejo às medidas de uniformização da jurisprudência e das súmulas (Código de Processo Civil, arts. 476-479); outra, dificilmente muda. Onde o direito persiste controverso, o defeito é menos dele do que da própria sociedade (se defeito é): ou ele, no fundo reputa irrelevante a regra, e pouco se lhe dá que as opiniões e soluções variem (a decisão definitiva apaziguará, posto que se não realize o direito objetivo), ou a controvérsia demonstra a heterogeneidade mental da sociedade, em que há forças que se opõem, sem que se possa achar a diagonal do paralelogramo. Por isso mesmo, se bem que o direito busque, ou a integração social busque, para ele, a unidade, por vezes fica evidenciado que não há grande inconveniente em que o tribunal de um lugar divirja, em certas matérias, de outro, porque a sua missão é realizar o direito no âmbito de sua jurisdição territorial".<sup>7</sup>*

Qual o mal de decisões divergentes, em questões estritamente de interesse privado, entre, verbi gratia, um tribunal do Nordeste e outro da região Sudoeste? Ao reverso, a divergência, se atendidas peculiaridades pontuais, pode até ser salutar, pois deve imperar o binómio justiça e pacificação dos desavindos.

## **15. Sistema recursal obsoleto**

Cumprir reformular o obsoleto e complicado sistema recursal dentro da própria Justiça Comum. Exemplos: privar do efeito suspensivo um maior número de recursos; ampliar as hipóteses nas quais o agravo deverá ficar obrigatoriamente retido; restringir o uso indiscriminado do agravo de instrumento, para o que deverá ser revisto o conceito de decisão

---

<sup>7</sup> MIRANDA, Pontes de. *Tratado da ação rescisória das sentenças e de outras decisões*. Campinas: Bookseller, 1998. p. 276, et seq.

interlocutória etc. Melhor ainda seria banir de vez o agravo de instrumento de nosso sistema recursal.

## **16. Unificação dos processos de conhecimento e execução**

ter-se-á, também, no campo processual, de simplificar o processo de execução, ao qual foi dada autonomia exagerada, que se não compraz com as atuais necessidades.

A unificação dos processos é algo que se impõe até por uma questão de logicidade. Não é de hoje que muitos perceberam que não faz sentido obrigar o credor, já portador de uma sentença que lhe é favorável, a enfrentar as agruras de um novo processo. No decênio de 1970, um aluno chamado Rívero (não me lembro de seu prenome), pediu a este articulista que lhe explicasse as fases do processo de execução. Tratava-se de um espanhol, naturalizado brasileiro, já entrado em anos, que passou a cursar Direito, depois de aposentado, para realizar um sonho de sua juventude. Foi-lhe dado um ligeiro apanhado do processo de execução: necessidade de nova citação, penhora, embargos disso, embargos daquilo etc. Rivero ouviu atentamente, fez algumas indagações e depois com a maior naturalidade do mundo concluiu: *"isso é tudo o que o devedor pediu a Deus"*. Seria o caso de retrucar-se: *"Não ponha Deus nisso; o Todo-Poderoso criou o Direito Material; o Direito Processual é coisa do diabo"*.

Todos conhecem a trilogia de Descartes: *"penso, logo existo"*, *"duvido, logo existo"* e *"sou enganado, logo existo"*. Nenhum ser mortal, que tenha passado pela agrura de ser exequente, com certeza, duvida da última frase dessa famosa trilogia.

Nessa vertente, o subscritor já teve a oportunidade de dizer que

*"no contexto da unificação dos processos, propriamente dita, entre as sugestões que ultimamente têm sido feitas, há de ser pensada e refletida a de autoria do ilustre Ministro Humberto Gomes de Barros, convertida em projeto de lei, a preconizar a prolação de sentença líquida e de plano exequível, o que se afigura perfeitamente viável. Sob o prisma doutrinário, a ninguém é dado ignorar a contribuição de Enrico Tullio Liebman, seus discípulos e seguidores. A monografia do primeiro, Processo de Execução é obra do mais alto coturno. Na prática, contudo, a exagerada autonomia do processo de execução tem sido alvo das mais acerbos críticas por ensejar, na verdade, praticamente, uma nova ação, a começar pela necessidade de citação do executado. Nas últimas reformas, chegou-se a verdadeiras preciosidades, com a criação de atalhos que acabaram por comprometer a estrutura primeva do Código de Processo Civil".<sup>8</sup>*

A bem da verdade são dois projetos, abaixo reproduzidos no que interessa:

Projeto de Lei do Senado n. 103, de 2000, de autoria do Senador Iris Rezende:

*"Dá nova redação aos arts. 459 e 580 da Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.*

*O Congresso Nacional decreta:*

*Art 1º Os arts. 459 e 580 da Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, passam a ter a seguinte redação:*

*'Art 459. ....*

*§ 1º É vedado ao juiz proferir sentença ilíquida.*

*(NR)*

*§ 2º A liquidação do pedido, se necessária, ocorrerá no processo de conhecimento. (AC)*

*Art. 580. A intimação da sentença condenatória passada em julgado inicia a execução, independentemente de qualquer formalidade. (NR)*

*.....'*

---

<sup>8</sup> Palestra proferida no Fórum de Debate "Modernização do Direito", promovido pelo Conselho da Justiça Federal em conjunto com a Associação dos Magistrados Catarinenses, Balneário Camboriú - SC, 10 de novembro de 2000: FRANCIULLI NETTO, Domingos. *Unificação dos processos: condenatório, liquidatário e executório*. Revista CEJ, Brasília, DF, v. 5, n. 13, p. 31-37, jan./abr. 2001. p.34.

(omissis)"

Projeto de Lei do Senado n. 192, de 2000, de autoria do Senador José Roberto Arruda:

*"Altera parágrafo único do art. 459, o caput do art. 580 e suprime o parágrafo único do art. 580 da Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, O Congresso Nacional decreta:*

*Art 1º. O parágrafo único do art. 459 e o caput do art. 580, da Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*'Art. 459. ....*

*.....*

*Parágrafo único. É vedado ao juiz proferir sentença ilíquida. A liquidação do pedido, se necessária ocorrerá no processo de conhecimento.*

*(NR)*

*.....*

*Art 580. A intimação da sentença condenatória passada em julgado inicia, independentemente de qualquer formalidade, a execução.'* (NR)

*(omissis)"*

Leia-se o próprio inspirador dos projetos em tela:

*"O Judiciário passa anos a trabalhar, na solução de determinada pendência. Nessa tarefa, põe em movimento estrutura gigantesca, ocupando verdadeira multidão de agentes e órgãos, localizados em diversas unidades da Federação. De tanto labor resulta, entretanto, documento cuja força, normalmente, é inferior àquela contida na mais singela das cédulas comerciais: a duplicata não aceita. Enquanto a duplicata adquire força executiva mediante simples protesto, a sentença precisa passar por novo processo...".*

Prossegue o insigne Ministro Gomes de Barros:

*"Tanta desproporção entre esforço e resultado faz lembrar o parto da montanha, da velha fábula de Esopo, reduzida por Horácio, na expressão '**parturiente montes, nascetur ridiculus mus**'. A montanha contraiu-se, revirou-se, urrou e, finalmente, pariu... um rato, desprezível e impotente. Nosso*

*Poder Judiciário imita a montanha: após vários anos de barulhenta movimentação, dá à luz uma sentença ilíquida, gongórica e inútil".<sup>9</sup>*

Ociosos realçar a vantagem do processo de conhecimento findar-se com sentença líquida e exequível. Se vier o projeto a ser exitoso, redundará, praticamente, na unificação dos processos de conhecimento e de execução. É um verdadeiro "ovo de Colombo". Ainda que o processo de conhecimento perdure por mais tempo, a fim de ensejar a prolação de sentença líquida e exequível, sempre será melhor do que a tormentosa execução (a exigir nova citação) precedida de, não raro, complicada liquidação.

Neste item, há de ser, tanto quanto possível, restringida a hasta pública, que ficaria reservada apenas para casos especialíssimos. Em inexistindo remição, o bem penhorado deveria ser compulsoriamente adjudicado ao credor, que teria a liberdade de incorporá-lo a seu patrimônio ou vendê-lo a terceiro sem interferência judicial. Para a satisfação do crédito exequendo, observar-se-ia o valor da avaliação. O remédio recomendado iria, no mínimo, desestimular os ratos de auditórios e, sobretudo, beneficiar os litigantes.

## **17. Organização judiciária**

Nossas leis processuais, convém repetir, em nada ficam a dever a outras existentes no planeta. O atual CPC está na era do j ato, enquanto as leis de organização judiciária nem sequer ultrapassaram a época das diligências. Se as últimas merecessem a atenção e o aperfeiçoamento dispensados às primeiras, não há dúvida de que a distribuição da justiça

---

<sup>9</sup> Prefácio de:

EXECUÇÃO contra a Fazenda Pública: razões políticas do descumprimento às ordens judiciais. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2002. (Série Pesquisas do CEJ; 8)



<http://bdjur.stj.gov.br>

seria muito mais rápida e eficiente, desde que, também, fosse modernizada a infra-estrutura dos cartórios e das secretarias.

Os limites desta despretensiosa preleção não permitem um exame mais percuciente. Uma coisa, porém, deve ser enfatizada: se houvesse simetria entre o CPC e as leis de organização judiciária, o resultado seria outro.

Nesse vasto terreno, além do da transformação dos Juizados Especiais em varas privativas de pequenas causas, conforme já foi dito, seria de bom conselho a criação de varas especializadas para os procedimentos sumários.

Sabidamente o julgamento antecipado da lide ou o julgamento no estado do processo foi uma das melhores inovações que vieram no bojo do Código de 1973. No entanto, dada a pletora de feitos, numa mesma vara, não raro ações ordinárias, que independem de dilação probatória, são julgadas antes das que seguem o rito sumário, pois este depende de audiências.

Para dissipar esse problema, uma possível solução seria a criação de varas privativas de procedimentos sumários, como com propriedade sugere o ilustre Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira:

*"Melhor seria que, sempre que possível, nas comarcas de maior movimento a organização judiciária local adotasse varas destinadas às causas sob procedimento sumário. Com um pouco mais de criatividade e espírito inovador a organização*



*judiciária poderia muito contribuir para o aperfeiçoamento da tutela jurisdicional".<sup>10</sup>*

## **18. O CPC e a enxurrada de leis supervenientes**

Como os resultados até agora obtidos são cada vez mais insatisfatórios ----- e as críticas ao Processo Civil, a cada dia que passa, constituem-se numa ruma cada vez maior -----, surgem leis e mais leis com o objetivo de uma melhor prestação jurisdicional.

Desde que veio a lume o CPC, o que se deu pela Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973, até os dias de hoje, nada mais e nada menos do que 45 leis supervenientes, de uma ou de outra forma, alteraram explicitamente o texto do estatuto processual civil vigente, também conhecido como "Código Buzaid". O que diria, então, o saudoso Professor Alfredo Buzaid, se ressuscitasse? Aliás, não faltam aqueles que dizem que, seguramente, seus restos mortais estremeceram o túmulo onde jazem por dezenas de vezes. Não é este simples mortal que vai dizer que isso é mentira.

Ocorre, no entanto, que o legislador, assessorado por juristas do mais alto coturno, ----- aquele e os últimos com a melhor das intenções do mundo -----, desprezam as circunstâncias em que as inovações irão operar. Desprezam a advertência de Mauro Cappelletti e Bryant Garth:

*"Como notamos, as reformas destinadas a eliminar uma ou outra barreira ao acesso [à Justiça], podem, ao mesmo tempo, fazer surgir outras"<sup>11</sup>*

Convém joeirar, entre outras, três das alterações que não deram ao problema a solução aguardada: a nova sistemática do agravo de

---

<sup>10</sup> TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. *Código de Processo Civil Anotado*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 205

<sup>11</sup> CAPPELLETTI, Mauro. *Acesso à Justiça*. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1988. p. 163

instrumento;<sup>12</sup> a substituição do cálculo do contador pela memória de cálculo;<sup>13</sup> finalmente, a introdução da tutela antecipada com a nova redação do art 273 do CPC.<sup>14</sup>

## 19. O agravo de instrumento e o colapso dos tribunais locais

Nos grandes tribunais do país, vide o que se dá em São Paulo, os magistrados dos Tribunais de Alçada Cíveis e do Tribunal de Justiça praticamente não fazem outra coisa senão despacharem agravos, o que acaba por consumir cerca de 70% da produção de cada um. Em quase todos há pedido de atribuição ao agravo de efeito suspensivo, o que acaba por demandar maior gasto de tempo no exame da inicial. Tudo, como se vê, em detrimento do exame mais rápido da questão de direito material, já que as apelações correspectivas vão ficando para trás.

*"Quanto ao novo AI", critica o emérito processualista J. J. Calmon de Passos,*

*"não deveria nem mesmo merecer um breve comentário, pois apenas comporta sua execração radical. A pretexto de se afastar a admissibilidade de MS contra ato judicial (que heresia, acreditar-se que um juiz pode incidir em ilegalidade ou abuso de poder!!!) permitiu-se a recorribilidade de tudo, com atribuição de um poder excessivo aos tribunais e aos relatores, com o que se desmoralizou e desqualificou ainda mais a magistratura do primeiro grau, sem esquecer a construção da hermenêutica 'progressista' que emprestou ao agravo mais um efeito - o efeito ativo. A história secreta das liminares em agravo e do efeito ativo que gestaram aawterinamenie, e aigo a merecer narrativa à parte. Eliminar recurso de interlocutórias, que seria o verdadeiro avanço, disso jamais se cogitou. Porque solucionar esse problema exigiria rever-se toda a formação e investidura dos juizes do primeiro grau e a institucionalização de meios de controle da correção de seu procedimento. Sem esquecer que tiraria dos tribunais a posição de 'senhores de*

---

<sup>12</sup> Lei n. 9.139/95.

<sup>13</sup> Lei n. 8.898/94.

<sup>14</sup> Lei n. 8.952/94.



*engenho!' que a CF/88 lhes outorgou, criando a teratologia de um Poder Judiciário em que há 'servos' e 'senhores' ".<sup>15</sup>*

## 20. Memória de cálculo

A memória de cálculo, que jazia nas cinzas do Regulamento 737, de 1850, e no direito positivo do Código Paulista<sup>16</sup>, foi revitalizada para substituir o cálculo do contador. Nada mais certo se o Brasil não tivesse sido solapado por inúmeros planos econômicos, que se propunham, de regra, a zerar a inflação monetária por medida de gabinete. Para tentar fazê-lo, surgiu uma gama quase interminável de índices de correção.

Pois bem. Sucede que alguns escritórios de advocacia, bem assessorados por contadores e economistas, possuem condições de oferecer memórias com cálculos complicadíssimos. Se a parte contrária não dispuser das mesmas armas, corre o risco de prejudicar-se por homologação de conta irreal.

A título de mera ilustração, poderiam ser invocadas, igualmente, as causas que envolvem a Fazenda Pública, de ordinário nem sempre bem e eficazmente defendida. Assim é que, apresentada a memória de cálculo pela parte adversa, segue-se impugnação da Administração, na maior parte das vezes, genérica ou mal articulada, que, com frequência, precipita a homologação da esdrúxula conta contida na memória, pois não é segredo que, comumente, os magistrados possuem congénita aversão idiossincrática para com a aritmética em geral. Aliás, esse proceder, a par das perícias desvirtuadas, foi responsável por algumas das denominadas indenizações milionárias sentenciadas contra a Administração.

---

<sup>15</sup> PASSOS, J. J. Calmom de. A crise do Poder Judiciário e as reformas instrumentais: avanços e retrocessos. *Revista Síntese de Direito Civil e Processo Civil*, Porto Alegre, v. 3, n. 15, p. 5-15, jan./fev. 2002. p. 10, *et seq.*

<sup>16</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *Execução Civil*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 532



## 21. Tutela antecipada

A tutela antecipada hospedada na vigente redação do art. 273 do CPC é outro instituto que já está começando a dar pano para manga. Em se tratando de medida que excepciona o princípio do contraditório, seu emprego deveria restringir-se aos casos que se tipificam sem margem de dúvida razoável nesse instituto. Não é, infelizmente, o que se tem observado, muito acima do que se poderia esperar.

Mas, não é só. Nasceu da tutela antecipada a figura até então inédita do autor procrastinador da demanda. Aquinhado com a tutela antecipada, o autor, quando não muito seguro de seu direito, começa a fazer de um tudo no feito para diferir a não mais poder a solução final do litígio. Contrapor-se-ia com a assertiva de que a tutela pode ser, a qualquer tempo, revogada. Todos os que militam no foro sabem que esse remédio é usado com muita parcimônia.

Acerca da tutela antecipada, contundentes e acerbas as ponderações do renomado jurista baiano suso citado:

*"A tutela antecipada, que se pensou inicialmente como mais uma hipótese de julgamento abreviado, em face do abuso do direito de defesa pelo réu ou de seu intuito protelatório o que, por sua ilicitude, deveria ensejar a execução provisória, tornou-se um instrumento de favorecimento da corrupção, de abuso e de prepotência, às custas do enxerto infeliz do inciso 1 do art. 273, que a admite quando houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, deslocando para o processo de conhecimento o que sempre foi pertinente à tutela cautelar, em nome de um monstrengo chamado de cautelar satisfativa que 'contaminava' o processo cauteiar. Os casos vergonhosos de abusos impunes e negociatas ultimadas em Gabinetes tendo por objeto concessão de tutelas antecipadas sem audiência do*

*réu, vale dizer, deferidas com o despacho da própria inicial falam mais alto do que qualquer argumento dogmático".<sup>17</sup>*

## **22. Criação de figura penal típica para o crime de obstrução da justiça**

A Administração direta e indireta tem deixado de cumprir ou cumprido insatisfatoriamente as ordens judiciais, sob os mais variados pretextos, ainda que isso não admita expressamente.<sup>18</sup>

Não existe no nosso direito penal uma figura penal típica. Embora seja controvertida a questão, diante do princípio da tipicidade, o ato praticado por aquele que "deixa de cumprir ou cumpre insatisfatoriamente ordem judicial" não se amolda perfeitamente nem ao crime de desobediência, nem ao de prevaricação, sem mencionar o crime de responsabilidade, que, tampouco, soluciona o grave problema.

Não se configura crime de desobediência quando o ato se refere a decisões cujo cumprimento for assegurado por sanções de natureza civil e processual civil - impossibilidade de cumulatividade de sanções<sup>19</sup>, O crime de desobediência, segundo o entendimento jurisprudencial, dá-se apenas quando o ato é praticado por particular contra a Administração - não pode ser praticado por funcionário público.

No que tange ao crime de prevaricação, *"é preciso ressaltar que o saudoso Nelson Hungria, além de afastar o enquadramento como desobediência, em razão de ser privativo de particular, exige uma*

---

<sup>17</sup> PASSOS, *op. cit.*, p. 10.

<sup>18</sup> Alguns estorrecedores números do inadimplemento ou adimplemento insuficiente ou deficiente dos débitos da Fazenda Pública podem ser consultados na obra indicada na nota de rodapé n. 9.

<sup>19</sup> TACRIM SP HC Corrêa Dantas - JUTACRIM 77/143, rel. Gonçalves Nogueira; JUTACRIM 94/199.

*especijiauuue de dolo que torna bem raras as hipóteses no campo da realidade fática, porquanto faz discernir 'entendimento' de 'sentimento1, o **affectus** do raciocínio lógico".<sup>20</sup>*

Outras soluções mostram-se inviáveis: a intervenção federal, como meio de fazer com que o agente público ou político obedeça a ordem judicial tem procedimento lento e enormes dificuldades de concretização e a caracterização do crime de responsabilidade se dá em hipóteses muito específicas e deixa de lado a generalidade dos casos.<sup>21</sup>

A nova figura penal, denominada crime de obstrução da justiça, poderia ser vazada nos seguintes termos:

*"Deixar de cumprir ou cumprir insatisfatoriamente ordem judicial.  
Pena: detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano".*

### **23. Necessidade de plena informatização**

Seja para a rápida consulta a textos legais, doutrina e jurisprudência, seja para aperfeiçoar a comunicação e a publicidade dos atos processuais, faz-se necessária plena informatização, não bastando para tanto a mera substituição da máquina de escrever pelo processador de textos. Além disso, cumpre lançar mão do teleprocessamento e da prestação da informação on-line. Feito isso, qualquer interessado pode obter, verbi gratia, o andamento dos passos do procedimento em seu terminal, o que desafoga sobremaneira os cartórios, obviando tempo e gastos com locomoções cada vez mais difíceis nos grandes centros.

---

<sup>20</sup> DE LUCCA, Newton. Obrigatoriedade de a Administração cumprir as decisões judiciais: instituição do crime de lesa-corte. *Revista CEJ*, Brasília, DF, v. 5, n. 13, p. 80-84, jan./abr. 2001. p. 86

<sup>21</sup> Vide, também:

MACHADO, Agapito. O aspecto penal do descumprimento às decisões judiciais de natureza mandamental. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 84, n. 722, p. 389-394, dez. 1995.



Ledo engano pensar que a informatização, isoladamente, irá resolver todos os problemas que hoje impedem a prestação jurisdicional em tempo razoável. O grande alcance da informatização é o acesso imediato ao banco de dados, de forma racional e quase instantânea. Vale dizer, poupa o gasto de tempo com operações materiais, permitindo ao operador do direito dedicar-se com mais tempo e afinho às operações mentais não realizadas pelo computador.

Em outras palavras, a informatização tem de ser disciplinada. Não resolve de per si problemas de organização cartorária defasada e obsoleta.

Não se desconhece que muitos tribunais já estão se servindo da informática com bons resultados.

Uma observação, contudo, comporta ser feita. No uso da linguagem a ser vertida nos autos tem-se de repelir a tendência de lançar sobre laudas e mais laudas tudo ou quase tudo que está armazenado no computador. Está-se, ainda, na fase da doença infantil do uso do computador.

## **24. Justiça e pacificação**

Como argutamente doutrina Cândido Rangel Dinamarco, ao sistema cabe *"cumprir de modo exauriente a promessa constitucional de proporcionar tutelas jurisdicionais justas, mediante processos justos"*.<sup>22</sup>

De modo geral, contudo, o que se tem é uma justiça tarda e, como tal, injusta, pois, não se pode, a rigor, rotular de eficiente uma justiça que protrai os conflitos, compondo-os, não raro, quando outro e diferente

---

<sup>22</sup> DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. São Paulo: Malheiros, 2001. v. 2, p. 34.



apresenta-se o quadro fático primevo. Ainda, no dizer do festejado processualista de Guaratinguetá, o principal escopo social ao processo e a eliminação de conflitos e insatisfações".<sup>23</sup>

Os anseios de paz e justiça remontam a épocas imemoriais. Como narra o ilustre magistrado goiano Ney Teles de Paula, pérola guardada em antigo pergaminho por lamas tibetanos, traduzida para as línguas ocidentais, cristaliza esse ideal: *"a paz social depende da justiça; a felicidade do indivíduo depende da certeza de gozar em paz as suas posses"*.<sup>24</sup>

Nos idos de 1686, em memorável sermão intitulado "A Justiça na Bahia", o orador sacro Pe. António de Sá advertia:

*"...E este he o primeiro aviso, que dà aos tribunaes da terra, que nam se dilatam nelles com importunas tardanças os despachos, senam que se abreviem com diligente cuidado: porque na verdade não sabe o que custa hum despacho retardado, quem retarda um despacho "* (redação original).<sup>25</sup>

Em outro passo:

*"Ou despachar logo com o desengano, ou com a mercê, porque negar logo o que se pretende, pode ser benevolência de quem ama, & conceder tarde o que se dezeja, parece graça de quem zomba"* (redação original).<sup>26</sup>

A paz, não apenas como ausência de guerra e distúrbios graves, mas como valor positivo, a exteriorizar a harmonia entre a pessoa e a vida, está entrelaçada umbilicalmente com a justiça, esta entendida, em acaciana

---

<sup>23</sup> *ibid.*, v. 1, p. 128

<sup>24</sup> PAULA, Ney Teles de. *A rosa paradisíaca e outros escritos*. Goiânia: Kelps, 2000. p. 127

<sup>25</sup> "Sermam que pregou OP. M. António Saa da Companhia de Jesus. A Justiça na Bahia". Publicado em Coimbra, Anno de M.DC. LXXXVI, na Oficina de Manoel Rodrigues D'Almeyda, a custa de João Antunes, mercador de livros, p. 4. Nota complementar: o acesso à obra deu-se graças à gentileza do preclaro jurista e humanista Min. Luiz Carlos Fontes de Alencar, do STJ.

<sup>26</sup> *ibid.*, v. 1, p. 128.



sabença, como a arte (a virtude ou a ciência) de dar a cada um o que é seu, a que se deve adir, em termos concretos, no campo da prestação jurisdicional, segundo o direito vigente. Para o sempre citado Norberto Bobbio,

*"direito e poder são duas faces da mesma moeda. Uma sociedade bem organizada precisa das duas. Nos lugares onde o direito é impotente, a sociedade corre o risco de precipitar-se na anarquia; onde o poder não é controlado, corre o risco oposto, do despotismo. O modelo ideal do encontro entre direito e poder é o Estado democrático de direito, isto é, o Estado no qual, através de leis fundamentais, não há poder, do mais alto ao mais baixo, que não esteja submetido a normas, não seja regulado pelo direito, e, no qual, ao mesmo tempo, a legitimidade do sistema de normas como um todo derive em última instância do consenso ativo dos cidadãos".<sup>27</sup>*

## 25. Conclusão

Sobre ser tarda e deficiente a prestação jurisdicional existente em nosso país, não há dissenso. Igualmente, a maioria dos operadores do direito não titubeia ao eleger o atual CPC como o principal obstáculo para uma situação de maior eficiência e presteza na concretização da justiça.

Esta dissertação arrolou outras causas, mas dúvida não há acerca da defasagem entre as leis processuais e os tempos hodiernos.

A vida humana é fugaz; passa num abrir e fechar de olhos; qual relâmpio segundo antiga modinha caipira. Com o progresso, com vacinas infantis, mais higiene, saneamento etc, tem-se dilargado sua duração; a cada dia, um maior número de pessoas ultrapassa a casa dos 70 e 80 anos de vida. Sem embargo disso, não se mostra sequer aceitável que um ser mortal tenha de aguardar o desfecho de uma demanda por anos a fio. Não é

---

<sup>27</sup> BOBBIO, Norberto. *O Tempo da Memória: de senectude e outros escritos autobiográficos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 169



justa a consumação de consideráveis anos de vida sem o desfecho de uma porfia.

Da mesma banda, a situação para a pessoa jurídica não é diversa. No mundo empresarial globalizado, com os avanços das comunicações, na era da disseminação dos computadores, *internet* etc. o andar do processo não se acadrina com as necessidades do mundo moderno.

Na teoria, a uma voz, todos reclamam. Basta, todavia, surgir uma nova fórmula de simplificação, ao menor esboço, a reação é altissonante. O pior é que a oposição, de regra, paradoxalmente, parte de alguns advogados, esquecidos de que seriam os maiores beneficiários de uma justiça menos morosa.

Ao ideal idealíssimo, de todo modo inatingível, deve-se preferir o ideal realizável. Nenhuma solução será alcançada se não houver vontade sócio-política de pôr cobro ao calamitoso estado de coisas. O processo de resultados continuará apenas no sonho dos idealistas práticos, que vivem com os pés na terra.